

revista

Psicologias

CRP-RJ

ANO 1
Nº 1



DO LUTO À LUTA

como a Psicologia brasileira ressignificou suas práticas em meio a maior crise de saúde pública dos últimos 100 anos PÁGINA 23



CONGRESSO NACIONAL
DA PSICOLOGIA

CONGRESSO REGIONAL
DE PSICOLOGIA

**PSICÓLOGA,
PARTICIPE E
AJUDE A
DEFINIR OS
RUMOS DA SUA
PROFISSÃO
NO BRASIL!**

PÁGINA 04

**14ª MOSTRA
REGIONAL DE PRÁTICAS
EM PSICOLOGIA**

**EVENTO REAFIRMA
SUA IMPORTÂNCIA
NO CALENDÁRIO DA
PSICOLOGIA
FLUMINENSE EM
SUA PRIMEIRA
EDIÇÃO ON-LINE**

**CRP-RJ PARTICIPA DE REUNIÃO NO
ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA DIREITOS HUMANOS
(ACNUDH)**

PÁGINA 39

PÁGINA 44

EXPEDIENTE

GESTÃO DO XVI PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Diretoria executiva

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
Presidente (CRP 05/26077)

Céu Silva Cavalcanti
Vice-presidente (CRP 05/57816)

Achiles Miranda Dias
Tesoureiro (CRP 05/27415)

Julia Horta Nasser
Secretária (CRP 05/33796)

Conselheiros Efetivos

Alexandre Trzan Ávila
(CRP 05/35809)

Alexandre Vasilenskias Gil
(CRP 05/30741)

Claudia Simões Carvalho
(CRP 05/30182)

Ismael Eduardo Machado Damas
(CRP 05/42823)

José Novaes
(CRP 05/980)

Mariana Chaves Ferreira Botelho
(CRP 05/32802)

Marinaldo Silva Santos
(CRP 05/5057)

Mônica Valéria Affonso Sampaio
(CRP 05/44523)

Roseli Goffman
(CRP 05/2499)

Thais Vargas Menezes
(CRP 05/33228)

Thiago Melicio
(CRP 05/35915)

Revisão, Edição e redação

Amanda Mesquita de Oliveira
Moreira, jornalista responsável
(MTB 39229/RJ)

Laís Torres Peixoto Fortuna
(ESTAGIÁRIA)

Projeto Gráfico e diagramação

Julia Lugon (MAT. 319)

Conselheiros Suplentes

Anelise Lusser
(CRP 05/38657)

Carolina Maria Dos Santos Silva
(CRP 05/29816)

Conceição Gama
(CRP 05/39882)

Cristina Rauter
(CRP 05/1896)

Ederton Quemel Rossini
(CRP 05/50996)

Gabriela De Araújo Braz Dos Santos
(CRP 05/56462)

Hildeberto Vieira Martins
(CRP 05/24193)

Isabel Scrivano
(CRP 05/26162)

Leonardo de Miranda Ferreira
(CRP 05/36950)

Marcello Santos
(CRP 05/17566)

Rodrigo Cunha Echebarrena
(CRP 05/28408)

Vera Lúcia Giraldez Canabrava
(CRP 05/1158)

Victória Antonieta Tapia Gutiérrez
(CRP 05/20157)

Comissão Editorial

Thiago Melicio
(CRP 05/35915)

Isabel Scrivano
(CRP 05/26162)

Roseli Goffman
(CRP 05/2499)

Leonardo de Miranda Ferreira
(CRP 05/36950)

A revista *Psicologias* é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

SUMÁRIO

EDITORIAL	04
DEMORA A VEM AÍ O 11º COREP-RJ E O 11º CNP!	08
ORIENTAÇÃO	11
DA PSICOLOGIA DO TRÁFEGO AO PORTE DE ARMAS: OS DESAFIOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	12
POLÍTICAS PÚBLICAS: PSICOLOGIA PARA TODOS E EM TODO LUGAR	14
15 ANOS DE CREPOP	17
POSSIBILIDADES DA PSICOLOGIA EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES	21
PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: “EIXO DIREITO À CIDADE” REFLETE E ORIENTA SOBRE OS EFEITOS PSICOS-SOCIAIS DAS DESIGUALDADES	22
CLÍNICA DE REPOUSO SANTA LÚCIA EM NOVA FRIBURGO: CRP-RJ ATENTO AO CASO	23
DO LUTO À LUTA: COMO A PSICOLOGIA BRASILEIRA RESSIGNIFICOU SUAS PRÁTICAS EM MEIO A MAIOR CRISE DE SAÚDE PÚBLICA DOS ÚLTIMOS 100 ANOS	27
COMISSÃO ESPECIAL DE EVENTOS DO CRP-RJ IMPULSIONA DIFERENTES ATIVIDADES JUNTO À CATEGORIA	35
COMISSÃO DE FORMAÇÃO E LIBERDADE DE CÁTEDRA: O IMPACTO DO ENSINO DE PSICOLOGIA NAS (OS) PROFISSIONAIS FUTURAS	36
AS AÇÕES DA COMISSÃO DE ESTUDANTES NA APROXIMAÇÃO DAS (OS) FUTURAS PSICÓLOGAS (O) COM SEU CONSELHO PROFISSIONAL	37
COMISSÃO ESTUDANTES NÚCLEO REGIÃO SERRANA	38
ÉTICA NA PROFISSÃO: OS DESAFIOS DA COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA DO CRP-RJ	39
ALIENAÇÃO PARENTAL É TEMA DE DESTAQUE PARA O NÚCLEO PSICOLOGIA E SISTEMA DE JUSTIÇA	41
A PSICOLOGIA NA LUTA CONTRA QUALQUER TIPO DE VIOLÊNCIA CONTRA ÀS MULHERES E A OPRESSÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO	42
CRP-RJ PARTICIPA DE REUNIÃO NO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DIREITOS HUMANOS (ACNUDH)	43
A SAÚDE NO TRABALHO É A PREOCUPAÇÃO DA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL	45
INFORME SUBSEDE NORTE NOROESTE	46
INFORME SUBSEDE LESTE FLUMINENSE	47
14º MOSTRA - VEJA COMO FOI	48
FISCALIZAÇÃO CRP-RJ	50

EDITORIAL

Construir psicologia(s) para o enfrentamento da pandemia, em tempos pandêmicos: eis o maior dos nossos desafios. Aqui, os efeitos do coronavírus evidenciam mais que a propagada crise sanitária. Revelam, sim, a existência de um grave abismo, no qual a desigualdade social produz violações de direitos e dita quem deve viver e como será sua vida e quem está destinado a morrer e como será sua morte. O processo-pandêmico ilustra uma política de morte adaptada pelo Estado, denominada pelo intelectual camaronês Achille Mbembe (2018) de necropolítica e aponta alguns dos desafios para a construção de um mundo onde a vida digna não seja um privilégio de poucos, mas um direito de todas e todos.

A inicial falta de medidas para combater a disseminação da doença potencializou uma realidade de crise na saúde pública brasileira, que vive nos últimos anos com a sobrecarga e com a desvalorização pelo poder público. Santos, Candido, Souza, Buss, Sabino e Faria (2020) salientam que o fechamento precoce e coeso de atividades não essenciais no Brasil durou pouco e a suspensão das medidas de distanciamento social ocorreu de forma assíncrona. Em relação ao aumento dos casos de contaminação no Brasil, os autores apontam que estes foram resultados de múltiplos fatores, potencializados pela falta de uma coordenação nacional para o combate à Covid-19.

Nos últimos anos, desde a aprovação da Emenda Constitucional 95 em dezembro de 2016, que congela os investimentos em áreas sociais, sofremos com a intensificação do sucateamento dos sistemas de saúde, fechamento de leitos e hospitais em todo o país. Para muitos, o colapso social já começava analisando essa questão. Como afirma a psicóloga boliviana María Galindo (2020): na América Latina o coronavírus escancara a ordem colonial do mundo, destacando que "Aqui a sentença de morte estava escrita antes da Covid chegar em avião de turismo" (p. 124)..

Invisível e excepcional o coronavírus foi tido inicialmente como “um vírus democrático” - expressão que compôs muitos escritos e noticiários televisivos no início da disseminação. Uma enfermidade amplamente alastrada que atingiria a todos e de maneira igualitária, evidenciando inicialmente uma evaporação da segurança da nobreza e, o medo da sua contaminação extrapolou as fronteiras territoriais e econômicas, com uma ideia de comunhão, de um possível mundo mais solidário onde o vírus venceria o capital e a competitividade nele emaranhada. “Este vírus é democrático e não distingue entre pobre e ricos ou entre estadista e cidadão comum” (Zizek, 2020, p. 25). No entanto, como um vírus pode ser “democrático” em um país tão desigual?

É importante salientar que o Brasil apresenta um dos maiores índices no que concerne a desigualdade social (estando na 10ª posição em comparação com outros países do mundo, verificando-se que no ano de 2019 ampliação da desigualdade entre os extremos da distribuição da renda do trabalho, de acordo com o [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada](#)). Para a manutenção da ordem capitalista, sobreviverão aqueles mais fortes, capazes de adaptar-se ao ambiente (e, aqui, sobreviver à pandemia), capaz de ditar como alguns podem viver e outros devem morrer.

Como pontua Achille Mbembe, “Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas ‘a instrumentalização generalizada da espécie humana e a destruição de corpos através do terror em populações específicas’” (2003, p. 11). Política que nos instrumentaliza “para melhor explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte” (Mbembe, 2018, p. 36).

Nesta conjuntura, urge convocar a psicologia para habitar espaços e a produzir discursos, contrapondo a concepções nas quais pretende-se apolítica, neutra e baseada em uma ideologia dominante e conservadora das relações sociais, além de

produzir intervenções majoritariamente privatistas como modelo hegemônico da atuação profissional.

A psicologia é inexoravelmente política. Essa é uma das grandes afirmações que costumam transversalmente esta nossa revista. A história da psicologia no contexto brasileiro é marcada por uma grande mudança, uma grande virada, evidenciada pelo compromisso social da profissão. Tal pontuação diz respeito, justamente, à tomada da subjetividade como um objeto para uma psicologia comprometida com a população, e a implementação de tal pensamento na construção de políticas públicas. Ou seja, parece haver uma mudança no cerne da própria psicologia, de uma constituição privada para uma constituição pública, assumidamente política. Isso confere uma abertura ao saber psicológico: oferecendo-lhe a possibilidade de desprender-se em algum grau dos ditames liberais, onde oscila-se entre intimidades e conservadorismos, para lançar-se a uma intensa disputa pública por políticas sociais. Exatamente por isto, sairemos da pandemia mais fortes do que entramos, como ciência e profissão.

Neste período que marca o fim de 2021 e o início de 2022, chegamos a 50.000 profissionais, apenas no estado do Rio de Janeiro, de um total de mais de 415.000 psicólogas(os) no país. Torna-se evidente, portanto, a necessidade de lutar para que a Psicologia esteja cada vez mais próxima da população e contra os retrocessos em curso, no Brasil. Tempos sombrios que conclamam a resistência e a luta: pelas políticas públicas, pela transformação da desigualdade social, por uma psicologia socialmente compromissada. E que a resistência emergja por dentro: ocuparmos a conjuntura, com nossos saberes que cuidam mas que também problematizam, apontam a possibilidade de um caminho de diálogo, necessário para a luta. E, com Carlos Drummond de Andrade (1985), nos inspiramos para seguirmos juntas e juntos.

Mãos dadas

Não serei o poeta de um mundo caduco.

Também não cantarei o mundo futuro.

Estou preso à vida e olho meus companheiros.

Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.

Entre eles, considero a enorme realidade.

O presente é tão grande, não nos afastemos.

Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

(...)

O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente. ■

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077)

Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

REFERÊNCIAS

Andrade, C. D. (1985). Nova reunião. Rio de Janeiro: J. Olympio.

Galindo, M. (2020). Desobediencia, por tu culpa voy a sobrevivir. In: Amadeo, P. (Org.) Sopa de Wuhan. Buenos Aires: Aspo Editorial, p. 119-128.

Mbembe, A. (2018). Necropolítica. São Paulo: N-1 edições.

Santos, A. A. S., Candido, D. S., Souza, W. M., Buss, L., Sabino, E. & Faria, N. R. (2020). The complexity of non-pharmaceutical interventions in Brazilian municipalities. Brazilian Studies Programme/ University of Oxford & Latin American Centre/ Universidade Johns Hopkins. <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

Zizek, S. (2020). Coronavirus es un golpe al capitalismo al estilo de 'Kill Bill' y podría conducir a la reinvencción del comunismo. In: Amadeo, P. (Org.) Sopa de Wuhan. Buenos Aires: Aspo Editorial, p. 21-28.

VEM AÍ O 11º COREP-RJ E O 11º CNP!

A cada três anos, as psicólogas brasileiras reúnem-se de forma democrática e organizada para discutir e decidir os rumos da nossa profissão.



CONGRESSO NACIONAL
DA PSICOLOGIA

CONGRESSO REGIONAL
DE PSICOLOGIA

O Congresso Nacional de Psicologia (CNP) é dividido em diferentes etapas (Eventos Preparatórios, Pré-Congressos, Congresso Regional e Congresso Nacional). Nenhuma outra categoria profissional possui um processo de organização tão democrático e participativo. Todas as psicólogas do Brasil podem e devem construir com o debate sobre os rumos da Psicologia enquanto ciência e profissão.

Em sua 11ª edição, o COREP-RJ (que ocorrerá nos dias 8, 9 e 10 de abril de 2022) e o CNP terão como tema “O Impacto Psicossocial da Pandemia: Desafios e Compromissos para a Psicologia Brasileira Frente às Desigualdades Sociais”.

Para dar andamento à construção das etapas regionais do CNP, o XVI Plenário do CRP-RJ constituiu a Comissão Organizadora Regional. No site oficial do COREP-RJ estarão disponíveis o regulamento do evento, calendário de atividades e demais informações pertinentes ao processo. Para saber mais, acesse o [hotsite do 11º COREP](#).

Em quase 30 anos de trajetória, o CNP proporcionou avanços reais para a Psicologia e para a sociedade brasileira, tais como a consolidação da Luta Antimanicomial, a inserção qualificada nas Políticas Públicas, o processo de regionalização e interiorização da profissão e as diversas resoluções do Conselho Federal de Psicologia que, embasando uma prática ética, contribuíram na construção da garantia de direitos humanos em nosso país.

VEM COM O CRP-RJ E ENTENDA A IMPORTÂNCIA DE PARTICIPAR DO MAIOR EVENTO DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

Quais os eixos temáticos do 11º CNP/Corep a partir dos quais as propostas são sistematizadas?

- 1.** Organização Democrática e Participativa do Sistema Conselhos no Enfrentamento da Pandemia;
- 2.** Defesa do Estado Democrático e dos Direitos Humanos via Políticas Públicas;
- 3.** O fazer ético e científico da Psicologia no trabalho em saúde mental.

O que são os Pré-COREPs?

São os Pré-Congressos Regionais de Psicologia organizados para reflexão e debate das propostas das psicólogas participantes. Essas propostas são diretrizes gerais, sobre um tema ou uma área da Psicologia, que, caso aprovadas pela maioria, compõem o Caderno de Deliberações, documento que orientará a atuação da próxima gestão dos Conselhos Regionais e Federal.

Quem pode participar?

Todas as psicólogas com registro ativo e adimplentes estão aptas para participar dos pré-Coreps. Além das estudantes de Psicologia que também podem participar.

Sou Psicóloga(o) e quero participar do Pré-COREP. Preciso estar com a anuidade paga ou sem atrasos?

Sim. São consideradas adimplentes aquelas psicólogas que estejam em dia com o pagamento da anuidade, mesmo que na forma de parcelamento, até a data da sua realização.

Posso participar de mais de um Pré-COREP?

Sim. Cada psicóloga poderá participar do pré-Corep de sua escolha, com direito a voz e voto, entretanto, poderá ser eleita delegada em apenas um deles.

O que faz uma delegada em um Pré-COREP?

A delegada é a participante do Pré-Corep apta a debater questões relativas à Psicologia como ciência e profissão, votar em propostas e concorrer às candidaturas para ser delegada no Corep.

Quais os dias e horários dos pré-Coreps digitais?

Acesse a agenda completa de pré-Coreps do Rio de Janeiro aqui: <http://www.crprj.org.br/11corep/agenda.html>

Como participar dos Pré-Coreps?

Ao lado de cada pré-Corep no link Agenda do hot site (<http://www.crprj.org.br/11corep/agenda.html>) há um link para inscrição no evento correspondente. Clique neste link, preencha os dados, clique em enviar e pronto! ■

**PSICÓLOGA
PARTICIPE DOS PRÉ-
COREPS E AJUDE A
DEFINIR OS RUMOS
DA PROFISSÃO NO
BRASIL!**

**AINDA TEM ALGUMA
DÚVIDA? ENVIE UM
EMAIL PARA
corep@crprj.org.br**

ORIENTAÇÃO



COF AMPLIA OS ATENDIMENTOS E SERVIÇOS PRESTADOS, MESMO COM AS RESTRIÇÕES DA PANDEMIA

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP-RJ têm trabalhado incansavelmente para manter e ampliar todas as funções, mesmo com as restrições impostas durante a pandemia.

Neste período tão desafiador, a Comissão teve sucesso ao adaptar as atividades para a situação de homeoffice, realizando os atendimentos e orientações não só por e-mail, mas também por videoconferência, trazendo uma experiência síncrona, próxima do presencial.

Dentre as atividades desenvolvidas pela COF, destacam-se a elaboração de orientações para a categoria e sociedade em geral, frente às limitações no contexto da pandemia por meio de notas e informes; orientação individual, palestras e/ou fiscalização por meios digitais; e adequação de metodologia em vídeochamada a fim de atender solicitação da rede de justiça.

Além disso, houve um aumento expressivo de pedidos de inscrição de pessoas jurídicas (PJ) de responsabilidade da Comissão, que absorveu a demanda, tornando processo mais ágil. ■

DA PSICOLOGIA DO TRÁFEGO AO PORTE DE ARMAS: OS DESAFIOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A atividade profissional da (o) psicóloga (o) origina-se de conhecimentos, técnicas e procedimentos oriundos da ciência psicológica. Desta forma, a avaliação psicológica é uma das práticas da (o) psicóloga (o), em que os métodos utilizados podem ser diferen-

tes em cada contexto e relacionados à formação teórica de cada profissional.

Após reunião das psicólogas representantes do CRP-RJ, Cristiane Moreira e Maíra Andrade com a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) do CFP em 13 de maio de 2021, foi solicitado na Plenária do dia 28 de maio de 2021 a análise para criação da Comissão Especial em Avaliação Psicológica do CRP-RJ.

Com a aprovação desta Comissão, atualmente o grupo é composto por seis colaboradores com o objetivo de refletir e debater junto à categoria e entidades relacionadas à temática, para a construção de mudanças adequadas e éticas no contexto profissional. A Comissão é composta por: Cristiane Moreira, Diogo Fagundes, Fernanda Perez, Janaína Sant'Anna, Nathalia Melo e Maíra Andrade, coordenadora.



As reflexões e debates sobre Avaliação Psicológica a serem promovidos inclui rodas de conversa, Cinepsi 1 e simpósios. Os temas já em pauta de discussões estão: os decretos referentes a extinção da exigência de credenciamento específicos para que psicólogas (os) possam avaliar a aptidão para a posse e o porte de armas; mobilização pela derrubada ao veto presidencial 52/2020, que retira a exigência da especialidade em Psicologia do trânsito e em Medicina de Tráfego, e a realização da avaliação psicológica ao infrator contumaz como forma preventiva ao retorno seguro à condução veicular; além de discussões e acompanhamento da decisão do Superior Tribunal Federal (STF) que declarou inconstitucionais dispositivos da Resolução CFP 02/2003 acerca da comercialização dos testes psicológicos. ■

CENSURA PÚBLICA

O Conselho Regional de Psicologia - 5ª Região, na forma do que dispõe o Artigo 148 do Código de Processamento Disciplinar – Resolução CFP nº. 011/2019, dando cumprimento à decisão definitiva apurada no Processo Disciplinar Ético nº 004/14, vem CENSURAR PUBLICAMENTE o Psicólogo CELSO RICARDO GOMES FERREIRA, inscrição CRP nº 05/5324, pelo descumprimento do Artigo 2º alínea “j” e “o” do Código de Ética Profissional do Psicólogo - Resolução CFP nº. 010/2005.

O Conselho Regional de Psicologia - 5ª Região, na forma do que dispõe o Artigo 148 do Código de Processamento Disciplinar – Resolução CFP nº. 011/2019, dando cumprimento à decisão definitiva apurada no Processo Disciplinar Ético nº 011/14, vem CENSURAR PUBLICAMENTE a Psicóloga SIMONE GONÇALVES CORREA FERREIRA, inscrição nº. CRP 05/19418, pelo descumprimento do Princípio Fundamental VII e artigos 1º alíneas “c” e “e”, 2º alíneas “b”, “g” e “j”, 7º alínea “b” e 14 do Código de Ética Profissional do Psicólogo - Resolução CFP nº 010/2005.

POLÍTICAS PÚBLICAS: PSICOLOGIA PARA TODOS E EM TODO LUGAR

CREPOP

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) faz parte da Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas (CRPPP) que, dentre outras atuações, realiza as etapas regionais das pesquisas para produção de referências técnicas que orientam a atuação de psicólogas(os) em políticas públicas. Em 2020, o CREPOP-RJ colaborou no ciclo de pesquisa nacional sobre a atuação de psicólogas(os) em unidades de acolhimento do Sistema Único de Assistência Social e, no atual momento, realiza o ciclo de pesquisa sobre a atuação de psicólogas(os) na política de prevenção à autolesão e ao suicídio e posvenção. Como parte do processo democrático de construção de toda referência técnica, em diálogo direto com a categoria profissional, o CREPOP realizou, em 2021, consultas públicas para recolher as contribuições de psicólogas(os) sobre as referências técnicas para atuação no Centro de Referência de Assistência Social e com Povos Indígenas. São 23 referências técnicas produzidas pela rede CREPOP que estão em constante atualização. Por conta do período de pandemia, o CREPOP-RJ passou a reali-



zar eventos on-line de discussão das referências e, em 2020, realizou o V Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas, em parceria com a Comissão Regional de Psicologia e Direitos Humanos, além de ter elaborado um vídeo institucional explicando a metodologia do CREPOP para a categoria profissional, vídeo este que é apresentado nas cerimônias de entrega da Carteira de Identidade Profissional (CIP). Além disso, as referências técnicas também são utilizadas para a qualificação do trabalho das técnicas do CRP-RJ através das discussões realizadas periodicamente nos encontros temáticos. Todas essas ações realizadas pelo CREPOP-RJ se dão em articulação com os núcleos e eixos temáticos do CRP-RJ, consolidando o CREPOP como um importante instrumento de gestão.

CONTROLE SOCIAL

A Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas (CRPPP), dentre outras atuações, realiza o acompanhamento das atividades das(os) representantes do CRP-RJ nos conselhos de direito e de políticas públicas. Atualmente, temos colaboradoras(es) em 20 conselhos municipais e 3 conselhos estaduais que atuam representando o CRP-RJ e defendendo os princípios éticos e políticos da profissão. Os conselhos de direito e políticas públicas são espaços para o acompanhamento e fiscalização das ações do governo estadual ou municipal em determinada política pública e a atuação das(os) colaboradoras(es) contribui para a formulação de novos programas, projetos e serviços públicos. A participação da Psicologia nesses espaços de controle social possui grande importância para que haja uma aproximação da profissão com as demandas sociais das pessoas atendidas nos equipamentos públicos e também para que a Psicologia atue para formulação, desenvolvimento e controle de políticas públicas pautadas na garantia dos direitos humanos. As(os) representantes do CRP-RJ estão diretamente vinculadas à CRPPP, com quem se reúnem periodicamente de

forma ordinária, mas também de forma extraordinária, a partir das demandas específicas observadas nos espaços de representação. Semanalmente, a CRPPP se reúne com a conselheira coordenadora do Controle Social, Conceição Gama, para discutir sobre as atividades realizadas pelas(os) colaboradoras(es) e dar os encaminhamentos necessários ao funcionamento da comissão. Como estratégia de organizar os trabalhos da comissão, foram desenvolvidos um vídeo institucional para a categoria e um manual de orientação para nossas(os) colaboradoras(es) acerca da atuação da Psicologia no controle social. ■



**CLIQUE AQUI E
CONHEÇA OUTRAS
PUBLICAÇÕES DA
PSICOLOGIA**

**PSICO
LOGIA**

Ciência e Profissão

15 ANOS DE CREPOP



15 anos do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas: "O caderno CREPOP me organizou dentro da política".

Em 2021, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) completa 15 anos de (r)e(s)xistência na qualificação e orientação de psicólogas atuantes nas políticas públicas. Mas... de onde surgiu o CREPOP? Qual a sua história? Qual a sua finalidade? Qual a contribuição do CREPOP para a Psicologia brasileira?

Nos anos 80/90, na esteira da reabertura democrática, do movimento constituinte que contou com a participação social e da promulgação da Constituição Cidadã de 1988, foram publicadas muitas leis que previam a atuação da Psicologia em diferentes políticas públicas. Dentre elas podemos destacar, a Lei de Execuções Penais (LEP) em 1984, o Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e o Sistema Único de Assistência Social em 2005. Isso demandou um reposicionamento da Psicologia brasileira. Onde antes existiam práticas mais voltadas para os consultórios particulares e algumas iniciativas sociais, por vezes voluntárias ou acadêmicas, passaram a existir práticas que demandavam saberes e fazeres comprometidos com a construção e execução de políticas públicas.

A busca de construção de políticas públicas democráticas deve considerar a importância de estimular sujeitos ativos que possam participar da construção das soluções ou respostas visadas pelas políticas. Para isso é preciso levar em conta a dimensão subjetiva, pois é ela a fonte da potência ativa e transformadora dos sujeitos. É preciso executar as políticas de modo a desenvolvermos práticas que alterem o lugar dos sujeitos no coletivo e que sejam capazes de romper com os processos de fragilização e despotencialização a que estão submetidos os sujeitos que participam das políticas. (CFP, 2005, p. 148)

O CREPOP é fruto da demanda de psicólogas e psicólogos que a partir do trabalho nas políticas públicas sentiram necessidade da criação de um Centro que sistematizasse e difundisse conhecimento para a categoria, mas também para gestores de políticas públicas e centros de formação em Psicologia. Assim, sua organização foi deliberada no V Congresso Nacional de Psicologia, em 2004, em seguida aprovada na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) de dezembro de 2005 e o início de suas atividades ocorreu no ano de 2006. A fim de promover orientações para a categoria profissional e sistematizar em um documento as discussões mais recentes sobre a atuação da Psicologia em determinada política pública, o CREPOP produz, desde então, referências técnicas sobre a atuação psi em diversas áreas.

Contando com uma metodologia inovadora e democrática, o CREPOP se aproxima da categoria profissional para a elaboração das referências técnicas (RTs). Cada nova referência é produzida através de um ciclo de pesquisa que abarca o mapeamento de marcos lógicos e legais e o levantamento de dados da categoria atuante na temática pesquisada, por meio de questio-

nário on-line e grupos de entrevistas. Após a coleta dos dados, a sistematização e redação da futura referência é realizada por uma comissão ad hoc composta por profissionais que atuam na área. O texto produzido é ainda submetido a uma consulta pública para que as profissionais façam considerações antes da publicação final da referência. Almejando alcançar o maior número de profissionais e produzindo uma referência que abarque a pluralidade da realidade brasileira, o CREPOP atua de forma descentralizada, estando presente, atualmente, no CFP e em 24 conselhos regionais.

Durante o VIII Congresso Latinoamericano de Psicologia, realizado em junho de 2021, após apresentação sobre o CREPOP que marcou a presença do CRP-RJ no evento, uma psicóloga sintetizou a função das referências técnicas para a profissão: "O caderno do CREPOP me organizou dentro da política".

Até outubro de 2021, o CREPOP lançou 24 referências técnicas e tem outras 6 em fase de produção. A cada três anos, a categoria se reúne no Congresso Nacional de Psicologia (CNP) para definir as diretrizes e ações políticas que devem ser priorizadas

para a gestão subsequente dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. Desde o V CNP temas para novas referências são levantados, agregando novos debates e contribuições da categoria.

No CRP-RJ também lançamos mão do CREPOP como importante instrumento de gestão. Em conjunto com os



Capas de algumas das Referências Técnicas para Atuação das Psicólogas

eixos, núcleos e comissões temáticas do CRP-RJ, o CREPOP tem conseguido mobilizar cada vez mais profissionais atuantes nas áreas específicas das políticas públicas pesquisadas. Além disso, temos realizado diversos tipos de discussões de forma on-line (em decorrência da pandemia) com profissionais trabalhadoras nas políticas públicas, estreitado o diálogo com instituições de ensino superior e gestores, produzido vídeos institucionais de divulgação do Centro e de suas referências técnicas e realizado eventos sobre Psicologia e políticas públicas, como o V Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas, realizado em 2020, e o seminário de comemoração dos 15 anos do CREPOP, que ocorrerá em novembro de 2021. Ainda como instrumento de gestão, as referências do CREPOP também são utilizadas para qualificação do trabalho do corpo funcional do CRP-RJ (em especial a Comissão de Orientação e Fiscalização), através dos encontros temáticos de discussão realizados periodicamente.

Ao longo desses 15 anos, a atuação da Psicologia nas políticas públicas sofreu muitas mudanças, acentuando-se atualmente um cenário de desmonte e precarização das relações de trabalho. Diante dessa realidade, o CREPOP opera na contramão, fomentando e qualificando a atuação psi nas políticas públicas. Enquanto ferramenta de resistência, a Psicologia brasileira tem no CREPOP um importante aliado para a afirmação do seu compromisso social. ■

** Isabel Scrivano (CRP 05/26162), Roberta Brasilino (CRP 05/42501) e Jaqueline Sério (CRP 05/63619)*

REFERÊNCIAS

Conselho Federal de Psicologia. (2005). Banco Social de Serviços. Relatório Final. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

POSSIBILIDADES DA PSICOLOGIA EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES

A Comissão Especial de Psicologia em Emergências e Desastres - CPED, teve sua criação decidida em reunião plenária do XVI Plenário do CRP-RJ, em maio de 2020, tendo como objetivo principal ampliar o diálogo nas diferentes perspectivas de atuação, discutir sobre o compromisso social da Psicologia e articular reflexões nesse contexto, aprofundar discussões no campo que articula o saber da Psicologia com o fazer nas emergências e desastres.

Considerando que a discussão sobre Emergências e Desastres, sempre teve forte protagonismo da Assistência Social, se torna importante enfatizar que diversas áreas da Psicologia se mostram estratégicas e importantes, tanto na resposta emergencial, quanto no trabalho pós adversidade, onde outros atores estão envolvidos, como os relacionados aos campos da saúde, mobilidade humana, esporte, trabalho, justiça e segurança pública, entre outros. O que pode ser feito, é investir nas problematizações que emergem das experiências, contribuindo para a ampliação da inserção da Psicologia enquanto ciência e profissão.

Pensando nisso o CPED produziu o e-book "[Possibilidades da Psicologia em Situações de Emergências e Desastres](#)", publicado em Junho de 2021. Constituído por meio da participação de comissões, eixos e núcleos, que compõem a atual estrutura do CRP-RJ. Os textos foram escritos por psicólogas e psicólogos que atuam ou atuaram em emergências e desastres, no âmbito das mais diversas áreas de atuação da Psicologia. São oito capítulos, que trazem o olhar sensível e atento das profissionais que trabalham de perto com pessoas atingidas por algum tipo de desastre. Cada capítulo traz uma história, uma reflexão, uma referência de conhecimento científico para a Psicologia. ■

PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: “EIXO DIREITO À CIDADE” REFLETE E ORIENTA SOBRE OS EFEITOS PSICOS- SOCIAIS DAS DESIGUALDADES

No mês de fevereiro de 2021, o XVI Plenário do CRP-RJ decidiu pela criação do eixo de Direito à Cidade, ligado à Comissão Regional de Direitos Humanos. A criação do eixo visa orientar as profissionais de Psicologia em discussões referentes aos efeitos psicossociais das desigualdades em contextos urbanos.

Ao constatar que morar ou habitar uma cidade não é somente morar em uma casa ou habitar um local, mas a um conjunto de relações que também envolvem a moradia e outros locais habitáveis, nos deparamos com questões como: distâncias, presença de equipamentos públicos de assistência, educação e saúde, fornecimento de água, luz, saneamento, coleta de lixo, condições de moradia e mobilidade urbana. Estes são alguns conjuntos de temáticas que produzem impacto efetivo na população, e muitas vezes se traduzem em exclusões sistemáticas, violações e violências cotidianas que são naturalizadas como algo contingente às formações das cidades, ainda que, com frequência, essas desigualdades se façam presentes na prática da psicóloga e do psicólogo.

Em julho de 2021, foi realizada uma live de lançamento do eixo, que está disponível nos canais oficiais do CRP-RJ. Ao mesmo tempo, foi lançada uma consulta pública sobre Direito à Cidade nas práticas em Psicologia no Rio de Janeiro, que pode ser respondida por toda a categoria, [acesse aqui!](#) A partir do mapeamento de questões que forem suscitadas no formulário, o Eixo poderá orientar suas construções de acordo com demandas cotidianas das psicólogas do Rio de Janeiro. ■



CLÍNICA DE REPOUSO SANTA LÚCIA EM NOVA FRIBURGO: CRP-RJ ATENTO AO CASO



O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro vêm acompanhando o caso da Clínica de Repouso Santa Lúcia, em Nova Friburgo, uma instituição psiquiátrica que mantém pacientes em longa permanência e que vem sendo objeto de disputa judicial entre a Prefeitura e a administração da mesma. Atualmente, depois de ter um parecer favorável na justiça, a “intervenção” municipal está em curso.

23

Entendendo o caso

Segundo a Prefeitura de Nova Friburgo, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) já se manifestou algumas vezes sobre possíveis irregularidades no funcionamento da Clínica Santa Lúcia, recomendando que a Prefeitura promovesse a intervenção na Clínica e avançasse no processo de desinstitucionalização dos pacientes internados, encaminhando-os à RAPS de seus Municípios de origem.

De fato, conforme [publicado no site do MPRJ](#), em novembro de 2019, o órgão já havia conseguido, em caráter de tutela de urgência, que a Clínica não mais pudesse aceitar pacientes para internação, sob pena de multa diária de R\$ 5mil. Nesta ocasião, foram constatadas diversas irregularidades na Clínica a partir de denúncias das equipes técnicas que vistoriaram o local.

Visando, então, cumprir a recomendação do MPRJ, foi publicado o decreto municipal 995/2021, no dia 14 de maio, anun-

ciando a intervenção. Pelo ato jurídico a unidade passaria a ser administrada pelo governo municipal.

Entretanto, no dia 18 de maio, dia da Luta Antimanicomial, inclusive, o decreto foi derrubado na Câmara de Vereadores da cidade, por 19 votos contra 1. O único voto favorável à intervenção foi da vereadora Maiara Felício.

Segundo a vereadora, em entrevista concedida ao CRP-RJ, em 12 de agosto de 2021, por videoconferência, “foi desafiador votar pelo que acredito ser o correto, a partir, do que fui pesquisar e conhecer, para além de questões partidárias”.

Depois de ter o decreto derrubado pelo Legislativo, a Prefeitura ingressou com uma ação e obteve parecer favorável da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Comarca no dia 7 de junho de 2021, para manter a intervenção.

Para a vereadora Maiara foi vergonhoso identificar “uma realidade de uma legislação que não é cumprida há 20 anos (Lei 10.216/2001 – Lei da Reforma Psiquiátrica) em Nova Friburgo. Ou seja, em pleno 2021 estamos falando de uma instituição que deixa as pessoas reclusas, estamos falando de um manicômio. Nós temos toda uma legislação de saúde mental que só será cumprida com muita pressão popular mesmo”.

A vereadora pontuou que “faltou por parte do governo maiores informações de como se daria essa intervenção, mas a partir do que tivemos acesso essa intervenção torna a clínica um bem público”, “e o fato é que pela lei, manicômio não pode mais existir. Então, temos que ‘curar’ a clínica. Ela não pode continuar existindo como sempre foi”.

A Luta Antimanicomial nos coloca a tantos anos: a liberdade é a melhor forma de “tratamento”. Não é mais possível compactuar com o aprisionamento de subjetividades, somente porque não se enquadram nos moldes do que é considerado “normal”. O direito de existir é para todos, e o manicômio segue a lógica da punição e da subjugação do indivíduo. A Psicologia não compactua com práticas privativas da liberdade e se posiciona frontalmente contra a lógica manicomial.

Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial: contexto

A simples existência de unidades de saúde mental que ainda mantém pacientes em longa permanência, está totalmente na contramão do que preconiza a Reforma Psiquiátrica brasileira há 20 anos: não há saúde no enclausuramento e no punitivismo do distúrbio mental.

Para Ana Paula Guljor, psiquiatra – Phd. em Saúde Pública FIOCRUZ, coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção psicossocial – LAPS/ENSP/FIOCRUZ, vice presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental – ABRASME e membro da Comissão Permanente de Defesa de Pessoas em Privação de Liberdade – CNDH, em entrevista concedida, por email, ao CRP-RJ, em 12 de agosto de 2021, “este caminho de fechamento de hospitais e ampliação do cuidado em liberdade foi permeado pela luta democrática incidindo nas instituições de estado e também por quatro conferências nacionais de saúde mental onde todas tinham como cláusula pétreia a extinção de instituições de violência e exclusão, ou seja, os grandes asilos com sua horda de moradores abandonados e violados em seus direitos básicos. Neste sentido, a manutenção de lugares onde pessoas são mantidas em asilamento por longos períodos é uma violação de direitos da pessoa e também uma violação de um processo democrático, plural que constitui o respaldo legal o qual proíbe internação em espaços asilares pressuposto na lei 10.216/01 que completou 20 anos em 2021”

Ou seja, o que podemos perceber é que instituições como a Clínica Santa Lúcia, que possui pessoas internadas há cerca de 20 anos, não acompanhou em nenhum sentido, o que preconiza a nossa Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial.

“A trajetória da Reforma Psiquiátrica brasileira se inicia com as denúncias de maus tratos em grandes hospitais psiquiátricos no Rio de Janeiro. Este evento desencadeou um processo que culminou na fundação do movimento da luta antimanicomial que agrega movimentos sociais, entidades, trabalhadores,

usuários e familiares da saúde mental que durante as últimas quatro décadas logrou transformar a política nacional de saúde mental e drogas em política de Estado e não de um governo. Digo isto porque é fundamental destacar, no atual contexto, que a reforma psiquiátrica não é apenas uma mudança do modelo assistencial, mas uma permanente busca pela transformação de um imaginário sobre a loucura, de construção de estratégias que respeitem as diferenças e cuidem de pessoas e não de diagnósticos. Este processo complexo incluiu ações de distintas dimensões que se configuraram em um arcabouço jurídico-legislativo com seu marco legal de direitos dos usuários, uma rede plural de dispositivos de cuidado além de uma mudança de paradigma rompendo com a lógica excludente de isolamento social e lucro com o sofrimento dos internados em grandes asilos”, explicou Guljor.

“Por séculos discursos ditos científicos foram utilizados para o respaldo do status quo do Estado e para a construção de arcabouços jurídicos que ratificavam práticas autoritárias. Hoje no Brasil vivemos um limiar tênue. Reafirmar a relevância da ciência que salva vidas como a que produz vacinas e rechaçar um grupo pseudocientífico que parasita instâncias de poder disseminando falsos dados na busca de contaminar a sociedade com uma ciência reprodutora de preconceitos e exclusão. (...) Não é só de saúde mental que estamos discutindo, falamos de uma luta antirracista, anti-neoliberal e anti-patriarcal. Por uma sociedade sem manicômios”, finalizou, contundente.

Em 05 de dezembro de 2018 o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro esteve na Clínica Santa Lucia, participando de uma inspeção conjunta com outros órgãos públicos e representantes do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro e um representante do Núcleo Estadual do Movimento da Luta Antimanicomial (NEMLA). Muitas das situações hoje denunciadas também foram constatadas àquela época e ajudaram a compor a publicação [“Hospitais Psiquiátricos no Brasil: Relatório de Inspeção Nacional”](#). ■

DO LUTO À LUTA: COMO A PSICOLOGIA BRASILEIRA RESSIGNIFICOU SUAS PRÁTICAS EM MEIO A MAIOR CRISE DE SAÚDE PÚBLICA DOS ÚLTIMOS 100 ANOS



27

TÂNIA REGO/AGÊNCIA BRASIL

A pandemia da Covid-19 agravou as condições de crise sanitária, ambiental e econômica, matando mais de 613 mil brasileiras e brasileiros, tendo mais de 22 milhões de pessoas contaminadas, até o fechamento desta edição, no Brasil.

Neste contexto, ficaram evidenciadas as deficiências dos sistemas de saúde, em função do alto índice de contágio do vírus, implicando na sobrecarga do SUS – Sistema Único de Saúde e nas instituições de saúde suplementar.

O Brasil é o terceiro país no mundo mais afetado pela pandemia em número de casos e o segundo em número de mortes. Mais do que nunca ficou ressaltada a necessidade e a importância de fortalecer o SUS.

Como se não bastasse tudo o que temos passado, ainda assistimos os representantes do povo, no executivo e no legislativo,

tratando com ironias e/ou descrédito a gravidade da pandemia, a eficácia das vacinas e a relevância das medidas de prevenção, tais como, protocolos de higienização, distanciamento físico entre outros. O compromisso do Estado com a garantia econômica dos mais atingidos pelas restrições de circulação e trabalho que se tornaram tão necessárias não chegou a produzir um enfrentamento qualificado da pandemia, visando dirimir seus efeitos.

Vivemos em um país marcado pela desigualdade social, que teve com a pandemia o agravamento ainda mais severo das suas vulnerabilidades. A disseminação de notícias falsas e a desinformação em relação à pandemia têm sido uma constante, impondo inúmeras dificuldades e um cenário ainda mais grave ao conjunto da sociedade. Nesse sentido, a Psicologia brasileira tem empreendido esforços para reafirmar continuamente seu compromisso social, manifestando apoio aos movimentos sociais e profissionais que, de maneira séria, realizam reflexões críticas da conjuntura atual.

Não é novidade que o capitalismo se faz de crises: nelas se redinamiza, se atualiza. Antes da covid-19, o panorama era de uma crise de superprodução e continuidade da retração econômica, com piora generalizada nas condições de vida das majorias populares. É aí que surge pandemia. Não se trata, pois, de uma crise do coronavírus, mas uma crise do capitalismo, aguçada pelo coronavírus. Assim, tende-se a intensificar também o sofrimento, ou seja, uma saúde mental mais precária porque se tem uma vida ainda mais precarizada.

Nisso, devemos considerar que as implicações da presente conjuntura de crise e pandemia para a saúde mental não atingem todos(as) de maneira igualitária, como Rogério Giannini (CRP 06/53.926) psicólogo, conselheiro no Conselho Nacional de Direitos Humanos, representando o Conselho Federal de Psicologia – CFP -, explicou, em entrevista exclusiva para esta reportagem: “na verdade, isso acontece porque, no Brasil, a

pandemia vai atuar de uma maneira muito diferente em diferentes populações e com recorte de classe muito acentuado. As pessoas moram em lugares diferentes, usam transportes diferentes, ou seja, passou-se a ter possibilidades de contaminação diferentes de outras populações que puderam se proteger mais. O isolamento social era mais factível para quem fosse fazer homeoffice, com corte racial e de gênero muito acentuado. Ela se espalhava diferentemente por pessoas diferentes”.

“Quem podia fazer o distanciamento social eram algumas profissões,mas, por exemplo motoboys, uber, uma série de profissões não poderiam fazer o homeoffice, pelo contrário eram mais demandas por conta do isolamento de outros, então foi se retirando esse mito de uma certa ‘democracia’ do vírus. O vírus de fato é um agente biológico, mas ele se instala em contextos sociais. A gente pode dizer que a infecção da covid-19 é causada por um agente biológico, mas tudo mais que nos cerca são determinantes e condicionantes sociais”, explicou Giannini.

E ressaltou que “aqui, no Brasil, ainda teve outro agravamento, que a pandemia acabou se tornando uma política de estado em direção ao pior cenário possível, que é o estado promovendo a pandemia. Então, as teses de imunidade de rebanho, de ne-

gacionistas que
lecionadas de uma
óbvia, muito ní-
nhuma sutile-
defendidas pelo
fizeram a pande-
mar num agente
morte e de terror
negacionismo

**“...aqui no Brasil, ainda
teve outro agravamento,
que a pandemia acabou
se tornando uma políti-
ca de estado em direção
ao pior cenário possível,
que é o estado promo-
vendo a pandemia...”**

foram estabele-
maneira muito
tida, sem ne-
za, que foram
governo federal
mia se transfor-
propagador de
na sociedade. O
se transformou

numa espécie de ideologia que teve como principal efeito de unificar um discurso da sociedade, e do campo social político, que vai desde o campo da gripezinha, até uma postura contra a vacina que ainda atinge partes importantes da população.

Então, além desses determinantes sociais, econômicos e culturais da disseminação da doença, se transformou num agente direto, uma política direta de estado, um crime de estado, hoje com mais de 600 mil mortes”.

O momento é difícil e o sofrimento que pode decorrer daí ganha nuances variadas. Nesse sentido, muitos tentam no atual momento, com a diminuição dos números de vítimas e a aceleração da vacinação, promover a cultura do “passou”. Porém, essa ideia de que estamos retornando à uma espécie de “normalidade” é justamente baseada na falsa concepção da existência de uma “normalidade” pré-pandemia. É como se o mundo antes do coronavírus girasse na mais plena harmonia, e que a pandemia seria um parêntesis da história, uma pausa no mundo. Fechado o parêntesis, a vida retornaria ao seu normal, os trabalhadores regressariam felizes para os seus locais de trabalho e a vida.

Acontece que essa dita “normalidade” é, na verdade, a sociedade da mais profunda desigualdade entre as classes e das mais variadas opressões de gênero, de raça e etnia.

Conforme Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/ 26077), conselheiro presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-RJ – e professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – falou na mesa de abertura do evento [Webnário Nacional Sistema Prisional Psicologia](#), ocorrido em meio digital, no dia 9 de abril de 2021: “a rápida propagação do vírus fez com que vários autores colocassem a Covid como um vírus democrático. É preciso lembrar que nós construímos Psicologia num país com enormes desigualdades sociais, marcado por um histórico de escravização que aponta para nós outras questões diferentes daquelas que a própria Covid apontou pro território europeu. Aqui, na América Latina, onde a sentença de morte já estava escrita antes da Covid chegar em um avião de turismo.

Por isso, não dá para a gente continuar falando sobre pandemia sem lembrar o contexto em que nós vivemos, colocando uma série de questões diferentes para a nossa decisão econômica, discriminações das ordens. Por do por racismo, fobia. Com os hipercapitalismo que se caracteriza, aqui no Brasil, como necrocapitalismo”

“...a rápida propagação do vírus fez com que vários autores colocassem a Covid como um vírus democrático. É preciso lembrar que nós construímos Psicologia num país com enormes desigualdades sociais...”

tões que são nós, marcadas sigualdade so- marcada por das mais varia- um país marca- lgbtfobia, xeno- feitos de um mo neoliberal

“E talvez, a grande pergunta que a gente se faça hoje seja: ‘onde é que está a Psicologia aí?’. Nós estamos produzindo políticas de vida ou se estamos reificando as políticas de morte?”, finalizou, contundente, Bicalho, naquela ocasião.

Ana Sandra Fernandes (CRP 13/5496), psicóloga e conselheira-presidente do CFP, na mesa de abertura da [14ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia do Rio de Janeiro](#) pontuou que “a atuação do profissional de Psicologia frente às situações consideradas emergências e desastres deve ser dinâmica, ampla, criativa e com destaque para ações de promoção e resgate da saúde mental, bem estar, cidadania, em todas as pessoas que foram impactadas. Nós já estamos com mais de 18 meses da pandemia da covid-19 e muitos estudos têm mostrado que o medo de ser infectado com um vírus potencialmente fatal, de rápida transmissão e de pouco conhecimento pela ciência, têm afetado muito o psicológico das pessoas. Isso produz uma série de sintomas que raramente chegam nos espaços de atuação dos psicólogos”.

“Muito importante salientar que as medidas de quarentena tem sido utilizadas como medida de contenção da Covid, elas também trazem um aspecto que pode interferir na saúde mental,

mexem com aquilo que é tão caro para nós que é a questão do convívio social. A gente precisa observar tudo isso. Quero destacar que independente do contexto e do campo de atuação, os psicólogos devem pautar seu fazer pelos princípios éticos e técnicos que regem a nossa profissão, considerando sempre que a Psicologia deve estar fundamentada na ciência, no Código de Ética profissional, que é categórico quando estabelece o respeito e a promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade, da integridade do ser humano, fundamentalmente apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Cabe ressaltar que o papel da Psicologia em tempos de crise é fundamental e que a categoria precisa estar capacitada para lidar com essas demandas emergenciais, bem como criar estratégias efetivas e criativas no combate ao adoecimento mental e no enfrentamento da crise pela população”, finalizou a presidenta do CFP.

Rogério Giannini analisou “hoje, com mais de 613 mil mortes, o que podemos dizer? Um profundo sentimento de luto frente todas essas perdas que geram a necessidade de continuarmos discutindo essa questão das perdas, não deixando isso cair no esquecimento, afirmando a dimensão trágica, mas não a tragédia no sentido catastrófico, natural, mas sempre como um evento social. Ela sempre tem um componente de como a sociedade se organizou para cuidar dela ou, no nosso caso, infelizmente, setores da sociedade, e fortemente o governo federal, com muitos aliados em estados e municípios, desenvolveu uma política de morte. É preciso buscar políticas de memória e de reparação”.

A pandemia ainda existe, ainda é um fenômeno mundial, no Brasil ainda existe uma quantidade de mortes significativa e com preocupações ainda eminentes de que isso possa ter uma piora do quadro. Portanto, a ideia “ah vida que segue, página virada, vamos lá”, acho que não dá. Você imagina o seguinte: cada morte é como se fosse um rompimento naquele grupo

social, morrem amigos, parentes, colegas de trabalho, da vida do dia a dia. E estamos falando de um período curto com centenas desses rompimentos. Seria um enorme desrespeito na nossa própria história, se isso simplesmente caísse no esquecimento. Por isso que é fundamental políticas de preservação, da memória, políticas que continuem no sentido de uma reparação diante de tudo que aconteceu”, acentuou Giannini.

Segundo o psicólogo, a Psicologia e o Sistema Conselhos de Psicologia, pode contribuir, e muito, com esse trabalho de memória, lutando contra essa pressão para o esquecimento como forma de retorno ao “normal”. “Eu costumo utilizar uma imagem

de que vivemos drama, que vem uma forma que é fundamental que está acontecendo que a própria ideia não é só firmando, mas

“...o governo federal, com muitos aliados em estados e municípios, desenvolveu uma política de morte. É preciso buscar políticas de memória e de reparação...”

num grande sendo tratada de nor. Eu acho que não esquecer o tecendo, porque mento seria pior pra tragédia. A car lembrando, elaborarmos o

que aconteceu nesse período, porque acho que passou uma enorme mensagem de desamparo e acho que a gente precisa desenvolver mecanismos para transformar isso”, explicou.

“A Psicologia, pensando no Sistema Conselhos, pode formular ideias, de trabalhos de profilaxia social, de lidar com o luto coletivo e talvez apresentar isso como propostas para as políticas públicas, debater nos conselhos de saúde, apresentar documentações e debater com as secretarias de saúde, promover seminários, promover encontros que debatam o papel da Psicologia, nessa situação de preservar a memória e da discussão do caráter da pandemia. Pensar na sua própria memória da pandemia, mas também pensar em políticas públicas”, Giannini afirmou .

O CRP-RJ, inclusive lançou um e-book com a coletânea produções textuais com relatos de experiências, afetos e memórias produzidos por psicólogas (os) e estudantes de Psicologia, o [“Expressões da Psicologia: Reflexões e Práticas em Tempos de Pandemia”](#), partilhando da mesma visão de resgate pela memória trazida aqui por Giannini.

Giannini reforçou ainda que “a Psicologia teria muito o que pensar sobre essa questão da memória. Pensando em alguns cenários, por exemplo, eu acho que a discussão sobre a memória. Existe, por exemplo, o MST, que tem feito os bosques da memória, com a ideia de cada árvore representando uma vítima fatal da pandemia. No Rio de Janeiro, tem o pessoal da Redes da Maré, que inauguraram um mural com azulejos fabricados pelas famílias, com nomes, com frases, com fotos das pessoas. Para preservarmos e fomentarmos um debate sobre uma visão crítica da pandemia. Não naturalizá-la. Pensar nos seus determinantes sociais e para cuidar das pessoas”

Por fim, é importante perceber que a Psicologia brasileira se ressignificou nesta conjuntura, reafirmando potências que desabrocharam possibilitando que milhares de psicólogas e psicólogos pudessem continuar atendendo e que as pessoas pudessem continuar tendo acesso aos serviços de saúde mental: a regulamentação para o atendimento psicológico por meio das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e as práticas desenvolvidas no contexto das mais diversas políticas públicas são apenas alguns exemplos.

Que a Psicologia possa continuar sendo instrumento para a superação e a elaboração da pandemia e de tantas outras vulnerabilidades vivenciadas pelas pessoas no nosso país, longe do olhar negacionista e/ou ingênuo de que “tudo vai ficar bem”. Mas, sim com uma perspectiva crítica e questionadora, própria desta ciência e profissão. Não, não retornaremos ao “normal”, ele sequer, em algum momento, existiu. ■

COMISSÃO ESPECIAL DE EVENTOS DO CRP-RJ IMPULSIONA DIFERENTES ATIVIDADES JUNTO À CATEGORIA

Desde sua constituição, a Comissão Especial de Eventos busca articular junto às demais Comissões, Eixos e Núcleos do XVI Plenário do CRP-RJ atividades para Psicólogas, estudantes de Psicologia e demais setores da sociedade civil. Impulsionamos a organização das seguintes atividades entre 2020 e 2021:

- Debate “Memórias trans e reparação simbólica”: realizado em janeiro de 2020, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos. No contexto, foi entregue à família de João W. Neri sua CIP, em reconhecimento simbólico de sua formação em Psicologia;
- Psicologia, Rua e Saúde: carnaval para quem?: realizado em fevereiro de 2020, em conjunto com o eixo de Saúde Mental
- DCNs: O Currículo de Psicologia que queremos: realizado em março de 2020, em conjunto com a Comissão de Formação e Liberdade de Cátedra;
- Oficina “Reflexões sobre gênero e raça”: realizada em abril de 2021 - de forma virtual, em parceria com Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa (CRMM-CR/UFRJ)
- 14ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia - será realizada em agosto de 2021. Em função da pandemia do coronavírus, realizaremos a Mostra de forma 100% on-line pela primeira vez. O tema que orientará as discussões no evento é “As Psicologias na pandemia: ressignificando práticas, compartilhando experiências e construindo redes”.

A Comissão Especial de Eventos conta com a contribuição de todas as Psicólogas e Estudantes de Psicologia do Rio de Janeiro para movimentar o CRP-RJ com atividades sobre os mais diversos temas. Para contribuir, escreva um email para crpprj.comissaodeeventos@gmail.com. ■

COMISSÃO DE FORMAÇÃO E LIBERDADE DE CÁTEDRA: O IMPACTO DO ENSINO DE PSICOLOGIA NAS (OS) PROFISSIONAIS FUTURAS

A Comissão de Formação e Liberdade de Cátedra do XVI Plenário do CRP-RJ foi constituída para debater as questões no campo da formação em Psicologia, articuladas com o exercício profissional. Para conduzir suas atividades, busca articular psicólogas/os que trabalham com ensino, pesquisa, extensão, supervisão de estágios, coordenação de cursos, bem como estudantes de Psicologia e entidades que discutem o ensino de Psicologia e o exercício profissional. Em 2020, construiu junto à Comissão Especial de Eventos a atividade [“DCNs: O Currículo de Psicologia que queremos”](#), articulada com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP). Em seguida, com a chegada da pandemia do coronavírus, a Comissão dedicou-se à articulação regional para construção do [Caderno de Recomendações sobre Práticas e Estágios Remotos de Psicologia no contexto da pandemia da covid-19](#).

Em 2021, a Comissão deu início a um processo de mapeamento junto à categoria, sobre “Atuação Docente de Psicólogas”, com a intenção de mapear disputas que têm sido travadas sobre o Ensino Superior no Brasil e discutir seus efeitos no exercício profissional de Psicólogas e Psicólogos que trabalham na área, observando questões relativas à prática didático-pedagógica, às condições de trabalho e à Liberdade de Cátedra.

Outra atividade da Comissão foi realizada na 14ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia, no dia 28 de agosto de 2021 às 10h, para discutir “Atuação Docente de Psicólogas na Pandemia”. ■

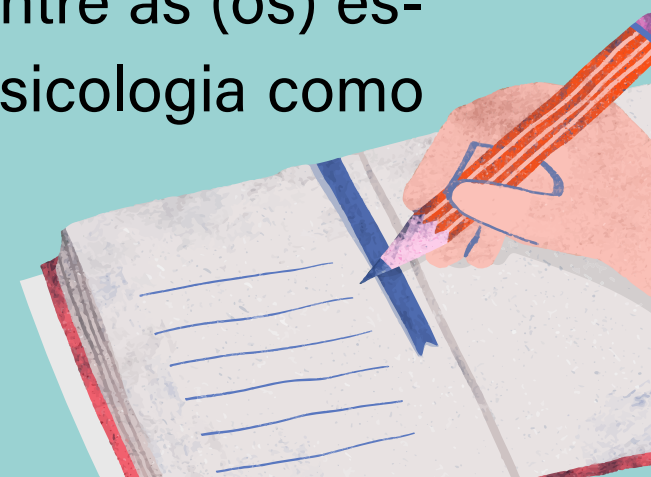
AS AÇÕES DA COMISSÃO DE ESTUDANTES NA APROXIMAÇÃO DAS (OS) FUTURAS PSICÓLOGAS (O) COM SEU CONSELHO PROFISSIONAL

Em maio de 2019, a atual coordenação assumiu, convocando uma reunião com estudantes, realizada na manhã do dia 26 de junho de 2019, contando com 26 estudantes de 8 universidades presentes.

Em 2020, com a pandemia da Covid-19 se instalando no Brasil, as ações foram adaptadas ao modo on-line e o grupo em aplicativo de mensagens serviu como meio para dividir dúvidas e angústias, bem como compartilhar eventos e informações pertinentes ao contexto acadêmico.

Em 4 de junho de 2020, a Comissão dos Estudantes compôs a organização do Seminário "Formação de Psicologia em Tempos de Pandemia". O evento reuniu em torno de 150 estudantes, além de quase 100 supervisores de estágio e 50 coordenadores de curso de quase todas as IES do estado para discutir a formação durante o isolamento. As demandas foram encaminhadas para discussão nacional e compiladas na forma de cartilha de orientação, disponibilizada à categoria.

Em 23 de outubro de 2020, houve uma demanda interna de reestruturar regionalmente as ações da Comissão. Durante 2021, foram realizadas reuniões com conselheiros e colaboradores da sede e das cinco Subsedes, para estruturação do projeto atual. Foi também definido o objetivo da Comissão como "ampliar a participação das Psicólogas (os) em formação no CRP-RJ proporcionando um ambiente de trocas entre as (os) estudantes e organizando ações em defesa da Psicologia como ciência e profissão". ■



COMISSÃO ESTUDANTES NÚCLEO REGIÃO SERRANA

A Comissão de Estudantes (CE) do CRP-RJ - Núcleo Região Serrana teve seu início em abril de 2018 após o encerramento do projeto “CRP nas Universidades”. A CE tem como objetivo principal aproximar os estudantes de graduação em Psicologia do CRP-RJ permitindo que os mesmos possam tomar conhecimento do papel e estrutura do Sistema Conselhos.

Em 10 de outubro de 2020, após o processo de consolidação da CE, o segundo ciclo surge estruturando possibilidades de uma aproximação cada vez maior e participativa. Devido ao contexto pandêmico, as reuniões ocorrem de forma remota, momentos em que eventos são elaborados, organizados e realizados pela CE Serrana.

A expectativa dos membros do novo ciclo da CE é estreitar os laços com as universidades da Região Serrana, realizando eventos fixos e periódicos abordando temas voltados a Psicologia, a sociedade em geral e do Sistema Conselhos.

No dia 19 de junho de 2021 foi realizada a Roda de Conversa “Atuação do Psicólogo com Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa”. O evento que ocorreu de forma remota foi o primeiro idealizado pelo segundo ciclo da CE Serrana. A roda teve como objetivo proporcionar um espaço de diálogo e troca acerca das questões que permeiam a prática da Psicologia nessa esfera. As debatedoras Thaís Vargas Menezes (CRP 05/33228) e Fabíola Foster de Azevedo (CRP 05/42893) levantaram questões importantes acerca da atuação, trazendo também um histórico político e social que está atrelado ao entendimento do tema e sua prática. ■

**A autoria deste artigo é das estudantes que compõem a referida Comissão: Bruna Menezes A. Peixoto; Larissa Pereira Decoló e Vanessa Jabour Moreira Rodrigues.*

ÉTICA NA PROFISSÃO: OS DESAFIOS DA COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA DO CRP-RJ

Desde a gestão anterior do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, a Comissão de Orientação e Ética (COE) passou por grandes transformações, consolidadas na atual gestão. A COE é uma comissão permanente, cuja função é apurar denúncias sobre possíveis infrações éticas cometidas por psicólogas no exercício da profissão. Para tanto, ela possui as Comissões de Instrução (CIs), formadas por três psicólogas, e a Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos (COMSCC), que realiza o trabalho de mediação por meio de duplas de mediadoras. As CIs são responsáveis pela primeira leitura da denúncia, a qual resulta na produção de um documento que indica abertura do processo ético por indícios de infração ou seu arquivamento. Já as mediadoras atuam quando há disponibilidade das partes para a mediação, que é oferecida em todo e qualquer ato processual, desde a denúncia inicial. Para organizar-se internamente, a COE conta com uma coordenação colegiada - em especial, com uma presidente, responsável geral pelo fluxo e gestão do trabalho nesta Comissão do Conselho.

O número de CIs, na gestão atual, triplicou, totalizando agora 10 (dez) Comissões de Instrução, o que possibilitou que o fluxo de entrada e leitura das denúncias, bem como as movimentações delas, acelerasse e construísse uma constância e cuidado com as representações. A COMSCC conta atualmente com 17 (dezesete) duplas de mediação, podendo criar outras, na necessidade e disponibilidade de tempo oferecida pelas(as) mediadoras(es).

Durante a pandemia, algumas CIs seguiram o trabalho na modalidade on-line, até o momento em que o CRP possibilitou a retomada de algumas comissões no formato de atividade

presencial, como é o caso da COE. As atividades da COE estão se dando agora em três possíveis modalidades: on-line, presencial ou híbrida.

Foi também nessa gestão que foi construído um grupo de presidentes de Comissões de Ética de diversos Conselhos Regionais (CRs) do Brasil. Através dessa rede mais direta de contato, pudemos trocar experiências, dúvidas, demandas, informações e interesses. Foi dessa forma que a Resolução que produzimos em 2021 foi compartilhada e passou a ser exemplo e servir de inspiração para outros Conselhos Regionais. Tal Resolução foi construída a partir da dificuldade de cumprir na íntegra a resolução 036/2020, do CFP, e em vistas de dar andamento à instrução processual no formato remoto, e teve potentes reverberações.

É importante ressaltar também as movimentações da COE no que se referem às capacitações das colaboradoras das Comissões de Instrução e das duplas mediadoras. Ao longo desses anos, foram realizadas diversas capacitações para as CIs, tematizando atos processuais diversos assim como: oitivas de testemunhas, produção de documentos e normas de tramitação de processos definidas pelo Código de Processamento Disciplinar (CPD); capacitação e alinhamento para as mediadoras realizadas no último ano para organização do fluxo interno de trabalho.

Outra movimentação importante da COE nessa gestão foi em relação à Comissão de Orientação e Fiscalização. Houve uma busca pela aproximação dessas duas Comissões, através de encontros com funcionárias técnicas e colaboradoras para discussão, troca e reflexão.

A atuação da COE é baseada nos princípios estabelecidos pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP); pelo Código de Processamento Disciplinar (CPD); e pelas Resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP). ■

ALIENAÇÃO PARENTAL É TEMA DE DESTAQUE PARA O NÚCLEO PSICOLOGIA E SISTEMA DE JUSTIÇA

O Núcleo Psicologia e Sistema de Justiça busca debater as práticas da Psicologia nas instituições judiciais e, por não entender essas isoladas de redes de atendimento e de garantia de direitos, também abrange outros locais de atuação em interface com a Justiça.

Para tanto, trabalhamos em conjunto com outros núcleos e comissões. A partir de um olhar crítico e construtivo, objetiva-se ampliar o diálogo com a categoria acerca dessas atuações e promover reflexões sobre os principais temas atuais neste contexto.

Um dos temas de destaque foi Alienação Parental, tendo em vista haver um grupo de trabalho no CFP que orientou os Conselhos Regionais a promoverem debates. Nós organizamos duas atividades: uma live intitulada “Alienação Parental: um debate sobre o fazer ético-político da Psicologia”, em setembro de 2020, disponível nas redes sociais do CRP-RJ; e uma roda de conversa on line restrita a pessoas inscritas com o objetivo de proporcionar um debate com maior participação.

Tomados pelas imposições da pandemia, buscamos promover reflexões sobre as novas formas de trabalho e produzimos um questionário on line para conhecer a realidade profissional durante a pandemia, em articulação com outros núcleos e comissões. O resultado também foi apresentado em formato de live, em abril de 2021, disponível nas redes sociais do CRP-RJ, apontando os principais pontos abordados no questionário.

Para conhecer outras atuações e entrar em contato conosco, escreva para nucleojusticacrprj@gmail.com ■



A PSICOLOGIA NA LUTA CONTRA QUALQUER TIPO DE VIOLÊNCIA CONTRA ÀS MULHERES E A OPRESSÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO

O Eixo de Gênero e Diversidade Sexual do CRP-RJ se reúne mensalmente com duas frentes de atuação: compromisso em reafirmar a importância da diversidade sexual, com desconstrução de preconceitos, ressignificação das masculinidades, garantia dos direitos sexuais e reprodutivos; e o enfrentamento às violências de gênero: violência obstétrica, doméstica, sexual, encarceramento feminino, alienação parental, entre outras.

Consideramos o Controle Social como uma forma de defendermos e construirmos políticas públicas efetivas para essas populações. Para isso, nos organizamos na capital e no interior nos Conselhos de Direitos, em Fóruns Municipais e Estaduais.

Realizamos eventos em parcerias com as Subsedes, em IES públicas e privadas do interior, rodas de conversa, cards temáticos, e as lives: “Violências de gênero: como prevenir?”; “Psicologia, gênero e masculinidades: a importância de um olhar interseccional”; “O lugar da psicologia frente às orientações sexuais e identidades de gênero”; “Práticas religiosas de acolhimento a população LGBTI”; “Violência, assédio e denúncia: quais os limites do sigilo na ética profissional?”; “Saúde mental da população LGBTI+ na pandemia”; “Um olhar sobre os caminhos possíveis no trabalho com mulheres em situação de violência e autores de violência”; “Parte do problema e parte da solução: a masculinidade em questão”; “O papel da Psicologia no enfrentamento à violência doméstica contra mulheres”; e a oficina “Instrumentalizações da resolução CFP 01/2018 na elaboração de documentos”.

Destacamos a participação deste Eixo no GT de construção da nota técnica da Resolução 01/99. ■



CRP-RJ PARTICIPA DE REUNIÃO NO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DIREITOS HUMANOS (ACNUDH)



43

ACNUDH é a instituição ligada à ONU focada na promoção dos Direitos Humanos(possível olho)

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, representado pela conselheira coordenadora da Comissão Regional de Direitos Humanos Céu Cavalcanti (CRP 05/57816) e pela colaboradora do Núcleo de Segurança Pública e Sistema Prisional e representante no Fórum Permanente de Saúde no Sistema Penitenciário (FPSSP-RJ) Luisa Bertrami D'Angelo (CRP 05/54879), participou de reunião do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos - ACNUDH - sobre as especificidades relacionadas às pessoas LGBTI+ privadas de liberdade.

O ACNUDH tem atuado no apoio ao monitoramento de pessoas privadas de liberdade no Brasil e tem como uma de suas prioridades a atenção às pessoas LGBTI+ neste contexto. Na reunião, as especificidades abordadas foram: tortura e outros

maus tratos; situações de risco enfrentadas por pessoas LGBTI+ privadas de liberdade; instalações e serviços de atendimento à saúde destas pessoas; dificuldades relativas à produção de dados oficiais sobre pessoas LGBTI+ privadas de liberdade; condução das revistas corporais em pessoas LGBTI+; “terapias de cura”; visita familiar e “visita íntima”; violações de direitos de pessoas LGBTI+ em locais de detenção de imigrantes; dificuldades enfrentadas por órgãos de monitoramento durante inspeções de locais de privação de liberdade com ênfase nesta população; treinamentos sobre questões LGBTI+ para órgãos de monitoramento.

A conselheira Céu Cavalcanti ressaltou a importância da participação do CRP-RJ, como representante da Psicologia brasileira nesta reunião. “Compor redes de fortalecimento dos sistemas de garantia de direitos é elemento fundamental na construção de sociedades mais possíveis e de enfrentamento aos diversos elementos estruturais que produzem desigualdades. Quando a Psicologia brasileira, através do CRP 05, é convidada a compor redes de articulação para a garantia de direitos a partir inclusive das Nações Unidas, podemos entender que sem dúvidas trata-se de importante reconhecimento do nosso trabalho e na mesma medida, é um apontamento de que temos muito a construir na pauta dos direitos humanos”, pontuou a psicóloga.

ACNUDH

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos faz parte do Secretariado das Nações Unidas e lidera os esforços da organização para promover e proteger os direitos humanos em todo o mundo. Michelle Bachelet é a atual Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

No escritório regional para América do Sul, o representante do ACNUDH é Jan Jarab. ■

**A conselheira Céu Cavalcanti é vice-presidente do CRP-RJ atualmente.*

A SAÚDE NO TRABALHO É A PREOCUPAÇÃO DA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

A Psicologia do Trabalho e Organizacional surgiu a partir de uma área de estudo chamada de Psicologia Industrial, direcionada para a produtividade ignorando questões relacionadas à qualidade de vida, bem-estar no trabalho e o fator humano nas organizações.

A partir de uma iniciativa do XVI plenário do CRP-RJ, cria-se a Comissão de Psicologia do Trabalho e Organizacional, visando ampliar o debate sobre o campo do trabalho e sobre a atuação das (os) psicólogas (os) em diferentes espaços, instituições e organizações, promovendo articulações nos diversos campos psicológicos. Com encontros mensais, são abordados diversos temas, como: demanda de testes e avaliação psicológica, papel da (o) psicóloga (o) e as possibilidades de atuação nas organizações, Saúde (Mental) no trabalho e políticas de RH. O objetivo é fomentar as trocas por meio de rodas de conversa, workshops e debates.

Alguns assuntos transversalizantes do campo e que direcionam o olhar da Comissão, são: QVT (qualidade de vida no trabalho); assédio moral, estresse e outras formas de violência no trabalho; precarização das relações de trabalho (uberização); impacto das novas tecnologias/ferramentas de trabalho na saúde; trabalho como fonte de adoecimento e prazer; Saúde Mental no trabalho e os impactos das novas flexibilizações; e saúde mental da (o) trabalhadora em tempos de pandemia. ■

Membros da Comissão: Alfredo Assunção Matos (CRP05/60474), Maíra Amaral de Andrade (CRP05/32352), Bianca Machado Quintão (CRP05/42506).



INFORME SUBSEDE NORTE NOROESTE

A Subsede Norte e Noroeste Fluminense fica situada na Cidade de Campos dos Goytacazes e abrange os seguintes municípios da região: Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Conceição de Macabu, Quissamã, Santa Maria Madalena, São Fidélis, Itacara, Aperibé, Santo Antônio de Pádua, Cambuci, Miracema, São José de Ubá, Laje de Muriaé, Itaperuna, Cardoso Moreira, Italva, Natividade, Porciúncula, Varre-Sai, Bom Jesus de Itabapoana, São Francisco de Itabapoana, e São João da Barra.

A Comissão Gestora se reúne semanalmente e realiza reuniões ampliadas com a categoria da região, bem como com as representantes dos Pontos Focais dos municípios da região, isto é, psicólogas (os) que representam o CRP-RJ e servem como referência para a articulação política da categoria nessas localidades; reunindo-se também com as representantes do controle social com objetivo de fomentar a articulação política das (os) profissionais da região a partir de debates críticos e reflexivos sobre as práticas psicológicas e suas implicações éticas, políticas e sociais.

Participamos de reuniões de reestruturação da Comissão de Estudantes; também reuniões com a Comissão Intergestora de Regionalização e Descentralização (CIRD).

A Conselheira-Coordenadora da Subsede participa das plenárias ordinárias e extraordinárias do CRP-RJ focando nas particularidades do interior.

Realizamos rodas de conversa temáticas, Ciclos de debate, Cafés com orientação, e Lives, com objetivo de ampliar e potencializar as referências técnicas e resoluções do CRP-RJ nas regiões do interior. A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) atua na região realizando orientações e fiscalizações. ■

REUNIÃO AMPLIADA

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

QUARTA-FEIRA, 10/02, ÀS 19H

A SUBSEDE NORTE E NOROESTE FLUMINENSE CONVIDA A CATEGORIA PARA COMPARTILHAR SUAS EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS SOBRE AS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Bruna Poley Gomes Reis Gusmão (CRP 05/38952) COLABORADORA

Conceição de Maria Gama Cavalho Mathias (CRP 05/39852) CONSELHEIRA COORDENADORA

Fátima Siqueira Pessanha (CRP 05/09138) COLABORADORA

Tais G. Barroso (CRP 05/39895) COLABORADORA

INFORME SUBSEDE LESTE FLUMINENSE

O CRP-RJ deliberou pela criação da Comissão Gestora da Subsede Leste Fluminense, atendendo uma reivindicação das (os) profissionais da região. Com a composição de uma Comissão Gestora, diversas ações ocorrerão no intuito de aproximação com a categoria e atenção às demandas da região.

A criação desta Comissão Gestora dá curso ao projeto de regionalização e descentralização da gestão do CRP-RJ, com a integração das ações das Subsedes e ampliação da abrangência da atuação destas para regiões e municípios sem sedes.

A atual configuração da Comissão Gestora Leste Fluminense abrange também os municípios da região dos Lagos e parte da região Serrana: Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim, Casemiro de Abreu, Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Bom Jardim, Trajano de Moraes, Maricá, Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro d`Aldeia, Cabo Frio, Arraial do Cabo e Armação de Búzios.

Com a pandemia, a Comissão esteve voltada para o planejamento interno e reforma da Subsede de Niterói, inaugurando suas ações com o evento Diálogos Interdisciplinares "Psicologia e Pandemia: desafios da profissão", no dia 25 de agosto de 2021.

Foi lançada a Rede Psi Regional de Profissionais e Estudantes, como mais um canal de aproximação e participação da categoria. A rede colaborativa virtual possibilita maior conhecimento das demandas locais e criação de estratégias coletivas de atuação frente às mesmas.

O I Encontro da Rede Psi foi realizado no dia 09 de setembro de 2021, com os profissionais e estudantes que fizeram Adesão à Rede por meio dos formulários:

[Formulário PROFISSIONAIS](#)

[Formulário ESTUDANTES](#)

A Comissão Gestora Leste Fluminense está aberta às novas adesões. Entre nessa Rede! ■

Sucesso absoluto de público, a Mostra reafirma sua importância no calendário da Psicologia fluminense, mesmo em sua primeira edição on-line

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro realizou, por meio da Comissão Organizadora – Comorg – da Mostra, nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 2021, a 14ª edição da Mostra Regional de Práticas em Psicologia, cujo tema foi “As Psicologias na pandemia: ressignificando práticas, compartilhando experiências e construindo redes”.

Em função da pandemia, a Mostra deste ano foi em formato totalmente digital. A estréia on-line foi retumbante, movimentando mais de 2 mil pessoas nos 3 dias de evento. 2056 inscrições, 309 trabalhos apresentados, audiência ao vivo da Conferência de Abertura chegando a picos de 900 pessoas participando, são números que traduzem o engajamento de profissionais e estudantes de Psicologia.

Em sua 14ª edição, o evento procurou reafirmar os valores democráticos que inspiraram sua criação há mais de 10 anos, e no formato on-line a descentralização da participação da categoria foi um dos grandes benefícios. Com o objetivo de valorizar as práticas psi no estado do Rio de Janeiro, promovendo intercâmbios entre experiências e desafios, o CRP-RJ tem o orgulho de ter contribuído, juntamente com categoria, para a construção de um importante evento do calendário da Psicologia brasileira. E, além de tudo isso, essa Mostra também foi a nossa celebração do Dia da Psicóloga!

A Comorg da Mostra foi composta por Caíque Azael Ferreira da Silva (CRP 05/64942), Francyne dos Santos Andrade (CRP 05/55825), Marília Alvares Lessa (CRP 05/1773), Micael Jayme Casarin Castagna (CRP 05/55269) e Mônica Valéria Affonso Sampaio (CRP 05/44523).

A Comissão Científica responsável pela avaliação dos trabalhos inscritos foi composta por Achilles Miranda Dias (CRP 05/27415); Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/35809); Alfredo Assunção Matos (CRP 05/60474); Caíque Azael Ferreira da Silva (CRP 05/64942); Cristiana Clara de Freitas Gouveia (CRP 05/64812); Cristiane Moreira da Silva (CRP 05/30237); Eliana Vianna Soares (CRP 05/0390); Elisa Martins Silva (CRP 05/64825); Erick da Silva Vieira (CRP 05/63021); Francyne dos Santos Andrade (CRP 05/55825); Gabriela de Araújo Braz dos Santos (CRP 05/56462); Hildeberto Vieira Martins, (CRP 05/24193); Isabel Scrivano Martins (CRP 05/26162); Johnny Clayton Fonseca da Silva, (CRP 05/52501); José Novaes (CRP 05/980); Júlia Horta Nasser (CRP 05/33796); Lucas Gabriel de Matos Santos (CRP 05/58930); Mateus Neto dos Reis (CRP 05/59800); Micael Jayme Casarin Castagna (CRP 05/55269); Rafael Reis da Luz (CRP 05/43330); Renata do Carmo Chiquetto (CRP 05/54709); Rosilene Souza Gomes de Cerqueira, (CRP 05/10564) e Thaís Vargas Menezes (CRP 05/33228). ■

Quer saber tudo o que aconteceu nesse evento?

Assista aqui:

- [Mesa de Abertura Institucional e Conferência de Abertura](#)
- [Mesa "Psicologia, Políticas Públicas e Pandemia"](#)
- [Mesa "Psicologia e Desigualdades sociais: vulnerabilidades cruzadas"](#)
- [Conferência de Encerramento](#)

FISCALIZAÇÃO CRP-RJ

CORONAVÍRUS: CRP-RJ REALIZA FISCALIZAÇÃO NO HOSPITAL DE CAMPANHA DO MARACANÃ



O CRP-RJ realizou, na manhã do dia 27 de maio de 2021, uma fiscalização no Hospital de Campanha do Maracanã, na Zona Norte do Rio, para apurar possíveis irregularidades no hospital.

O Hospital de Campanha do Maracanã, inaugurado no dia 9 de maio, foi construído pelo Governo Estadual do Rio de Janeiro para atender pacientes com Covid-19 em estado grave.

O conselheiro presidente do CRP-RJ, Pedro Paulo Bicalho (CRP 05/26077), juntamente com os conselheiros Thiago Melício (CRP 05/35915) e Rodrigo Echebarrena (CRP 05/28408) estiveram presentes na fiscalização e verificaram a presença de psicólogas (os) na equipe e as condições de trabalho das (os) profissionais.

Thiago Melício explicou que “o cenário sanitário que a pandemia produz traz uma série de desafios para a sociedade e para a promoção do cuidado. A ida do CRP-RJ ao Hospital de Campanha do Maracanã cumpre, assim, diferentes funções. Foi fundamental observar as questões de ambiência para aco-

lhimento de familiares, bem como a organização dos processos de trabalho, seja nesse fluxo com aqueles que vão buscar informações sobre as pessoas internadas, seja no outro que ocorre nas tendas, onde estão os pacientes. É importante verificar as condições de trabalho e a forma com que a Psicologia está sendo exercida, enquanto ciência e profissão”.

“Outro ponto é que o CRP pôde se fazer presente, acompanhando e registrando a maneira como a atenção à saúde está sendo promovida. Isso contribui para que realizemos orientações que tenham assento na realidade concreta dos serviços, bem como para reafirmar a presença e o compromisso da Psicologia com as políticas públicas e à garantia de direitos de todas e todos”, ressaltou Melício.

Segundo Rodrigo Echebarrena, “embora o serviço de Psicologia tenha sido criado em função dos pacientes e familiares, a coordenação dos psicólogos do hospital afirmou que há demanda para atendimento de trabalhadores do próprio hospital de campanha e estão criando uma proposta de trabalho nesta direção. A falta de articulação com a rede de Saúde Mental foi um problema percebido. Pacientes e familiares, quando necessário, recebem a indicação de continuidade de assistência, mas não lhes é dito onde achar os serviços”.

Apesar do contexto de dor e sofrimento, a equipe do CRP-RJ presenciou também a importância e a força da atuação psi. “Percebi a importância do profissional de Psicologia naquele e em tantos outros lugares. Vimos um paciente que recebeu alta indo embora. Na sua mão havia um cartaz que dizia que venceu a Covid. Ele sorriu como se estivesse renascido. A equipe falou que é importante dar visibilidade ao trabalho do psicólogo hospitalar depois da pandemia. É o que humaniza as práticas e procedimentos mais duros da rotina hospitalar”, frisou Echebarrena. ■